

**PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES DA BRASIL TELECOM S.A.**



Pelo presente instrumento,

BRASIL TELECOM S.A., com sede no SIA Sul – ASP – LOTE D – Bloco B, Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ sob nº 76.535.764/0001-43, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominada “EMISSORA”);

PENTÁGONO S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Avenida das Américas, nº 3.333 / Grupo 307/8/9, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob nº 17.343.682/0001-38, instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM (“CVM”), nomeado na Escritura e nela Interviente como Agente Fiduciário representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (“Debenturistas”) e (“Debêntures”), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, (doravante simplesmente denominada “AGENTE FIDUCIÁRIO”); e

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A., com sede no SIA Sul – ASP – LOTE D – Bloco B, Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ sob nº 02.570.688/0001-70, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de interveniente garantidora, mediante prestação de fiança (doravante simplesmente denominada “GARANTIDORA”).

vêm por esta e na melhor forma de direito, celebrar o presente aditamento (doravante o “Aditamento”) à escritura de emissão de debêntures da Brasil Telecom S.A., firmada em 18 de dezembro de 2001 (doravante a “Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - DA AUTORIZAÇÃO

1.1. O presente Aditamento é celebrado com base na Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA (“AGE”), realizada em 18 de dezembro de 2001 e na Reunião do Conselho de Administração da EMISSORA, realizada em 16 de abril de 2002 (“RCA”).

Cláusula Segunda – DO AVERBAMENTO DO ADITAMENTO

2.1. O presente Aditamento será averbado no Cartório de Registro de Imóveis do lugar da sede da EMISSORA e arquivado na Junta Comercial do Distrito Federal, conforme estabelecido no artigo 62 da Lei nº 6.404/76.

Cláusula Terceira – DO ADITAMENTO

3.1. O presente Aditamento tem a finalidade de conferir nova redação a determinadas cláusulas da Escritura em decorrência das deliberações da RCA da EMISSORA, bem como atender às exigências formuladas pela CVM, no âmbito do pedido de registro de emissão pública de debêntures da EMISSORA (as “Debêntures”), conforme abaixo.



**PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES DA BRASIL TELECOM S.A.**



3.1.1. O item 1.1. da Cláusula Primeira da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

“1.1. A presente Escritura é celebrada com base na Assembléia Geral Extraordinária (“AGE”) dos acionistas da EMISSORA realizada em 18 de dezembro de 2001 e com base na Reunião do Conselho de Administração (“RCA”) da EMISSORA, realizada em 16 de abril de 2002.”

3.1.2. O item 3.2. da Cláusula Terceira da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

“3.2. Número da Emissão e Séries

A presente emissão constitui a 2ª emissão de debêntures da EMISSORA, sendo a 1ª emissão pública de debêntures, em série única (“Emissão”).”

3.1.3. O item 3.3. da Cláusula Terceira da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

“3.3. Montante da Emissão

O montante da presente Emissão é de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).”

3.1.4. O item 3.5. da Cláusula Terceira da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

“3.5. Colocação, Procedimento e Negociação

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários (“Bancos Coordenadores”), para negociação no mercado de balcão organizado, através (i) do Sistema Nacional de Debêntures - SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto - ANDIMA e operacionalizado pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP e (ii) Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da BOVESPA (doravante denominado “BOVESPA FIX”), custodiado na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (doravante denominada “CBLC”), mediante o procedimento diferenciado previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de agosto de 1980, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos de Debêntures, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes dos Bancos Coordenadores que desejarem subscrever as Debêntures.”

3.1.5. Fica acrescentado o item 3.5.2. à Cláusula Terceira da Escritura, com a seguinte redação:

“3.5.2. No mercado primário, as Debêntures serão negociadas no mercado de balcão organizado, através do Sistema de Distribuição de Títulos - SDT, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto - ANDIMA e operacionalizado pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP. No mercado secundário, o Debenturista poderá optar por negociar parte ou a totalidade das Debêntures de que for titular no SND ou no BOVESPA FIX, conforme item 3.5.1.”



**PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES DA BRASIL TELECOM S.A.**



3.1.6. O item 4.1 da Cláusula Quarta da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

“4.1. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 01 de maio de 2002 (“Data de Emissão”).”

3.1.7. O item 4.2. e o item 4.2.1. da Cláusula Quarta da Escritura passam a vigorar com a seguinte redação:

“4.2. Quantidade de Títulos da Emissão

4.2.1. Serão emitidas, no total, 50.000 (cinquenta mil) Debêntures.”

3.1.8. O item 4.3. da Cláusula Quarta da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

“4.3. Valor Nominal Unitário

As Debêntures terão valor nominal unitário, na Data da Emissão, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (“Valor Nominal Unitário”).”

3.1.9. O item 4.5 da Cláusula Quarta da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

“4.5. Prazo e Data de Vencimento

O prazo das Debêntures será de 2 (dois) anos, a partir da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 01 de maio de 2004 (“Data de Vencimento”), ocasião em que a EMISSORA obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda se encontrarem em circulação.”

3.1.10. O item 4.6. da Cláusula Quarta da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

“4.6. Forma e Conversibilidade

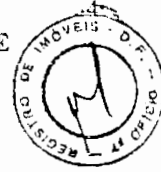
As Debêntures serão de forma nominativa, escritural, não conversíveis em ações da EMISSORA, sendo o Banco Bradesco S.A. responsável por sua escrituração.”

3.1.11. O item 4.7. da Cláusula Quarta da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

“4.7. Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária.”

PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES DA BRASIL TELECOM S.A.



3.1.12. O item 4.8.1 da Cláusula Quarta da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

“4.8.1. O preço de subscrição das Debêntures será o Valor Nominal Unitário acrescido de ágio, se aplicável, ao qual somar-se-á o valor resultante da aplicação da variação de 109% da Taxa DI sobre o Valor Nominal Unitário (sem cômputo de ágio), *pro rata temporis* no período a contar da Data de Emissão até a data de subscrição. Para apuração do ágio, será realizado processo de *bookbuilding*, a ser organizado e conduzido pelos Bancos Coordenadores. A integralização das Debêntures será à vista, no ato da subscrição.”

3.1.13. O item 4.9. da Cláusula Quarta da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

“4.9. Remuneração das Debêntures

4.9.1 A Remuneração das Debêntures seguirá o disposto abaixo.

a) Às Debêntures desta Emissão será conferida remuneração (“Remuneração”) com base em taxa de juros referenciados na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia – DI, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, Edição Nacional, doravante denominada “Taxa DI”. A Remuneração das Debêntures será de 109% (cento e nove por cento) da Taxa DI.

b) Periodicidade de Pagamento da Remuneração

A Remuneração das Debêntures será paga semestralmente, a contar da Data de Emissão, vencendo-se no dia 01 de novembro e 01 de maio de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 01 de novembro de 2002 e o último, na data de vencimento.

c) Período de Vigência da Remuneração

As condições de Remuneração definidas acima terão Período de Vigência da Data de Emissão até a Data de Vencimento, ou até a quitação integral das obrigações da EMISSORA.

d) Cálculo da Remuneração

Fórmula de cálculo da Remuneração:

$$JR = VN \times [(f_1 \times f_2 \dots \times f_j) - 1]$$

Onde:

JR = Valor da Remuneração a ser pago nas datas dos seus respectivos vencimentos;

VN = Valor Nominal Unitário da Debênture no início do “período de capitalização”;

PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES DA BRASIL TELECOM S.A.



$(f_1 \times f_2 \dots \times f_j)$ = fator de variação acumulado da Taxa DI, incorporado o *spread* ("S"), entre a data de início (inclusive) e data final (exclusive) do "período de capitalização" da Remuneração, calculada conforme fórmula abaixo:

Os termos f_1 , f_2 , f_j serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$f_j = \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times S \right\} + 1$$

Onde:

f_j = fator da Taxa DI referente ao dia "j";

Taxa DI_j = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia "j";

S = percentual fixado em 109% (cento e nove por cento).

e) Período de Capitalização

Define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do Primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração prevista neste item 4.9, imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os Períodos de Capitalização estão definidos da seguinte forma:

Períodos de Capitalização	Datas de Início e Término
1º	Da data de emissão até 01/11/2002, exclusive
2º	01/11/2002 inclusive a 01/05/2003, exclusive
3º	01/05/2003 inclusive a 01/11/2003, exclusive
4º	01/11/2003 inclusive a 01/05/2004, exclusive

f) Apuração da Taxa DI

Se na data de apuração do valor de quaisquer obrigações não se conheça a Taxa DI aplicável, a determinação da Remuneração em um determinado Período de Capitalização por não ter sido divulgada, será aplicado o último valor da Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da EMISSORA quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

f.1.) A utilização da Taxa DI deverá considerar o número de casas decimais, conforme divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

**PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES DA BRASIL TELECOM S.A.**



g) Extinção, Impossibilidade Legal de Utilização ou Não Divulgação da Taxa DI.

Na ocorrência de extinção, impossibilidade legal de aplicação às Debêntures desta Emissão, da Taxa DI, ou da não divulgação da Taxa DI por mais de 10 dias seguidos, será utilizado em substituição, o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Na ausência de índice que substitua a Taxa DI, ou caso, a exclusivo critério do AGENTE FIDUCIÁRIO, a Taxa DI deixar de ser representativa da média dos depósitos interfinanceiros, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, a ser realizada no prazo máximo de 20 dias, contados da data do evento, para deliberar, de comum acordo, com a EMISSORA, o novo parâmetro de Remuneração das Debêntures, a ser proposto pela EMISSORA. O novo parâmetro de Remuneração, estabelecido entre os Debenturistas e a EMISSORA, será utilizado, também, para a Remuneração do período compreendido entre a data de divulgação da última Taxa DI até a próxima data de vencimento de Remuneração ou do valor principal das Debêntures. Caso não haja acordo entre os Debenturistas e a EMISSORA, as Debêntures deverão ser resgatadas no prazo máximo de 60 dias corridos, contados da data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas, na sua totalidade, pelo saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da data do último pagamento da Remuneração.

h) Para fins de cálculo da Remuneração a ser paga aos Debenturistas na hipótese de ocorrência do disposto no item acima, fica desde já acordado que, a partir da data de convocação da Assembléia Geral de Debenturistas ali prevista, as Debêntures pagarão Remuneração equivalente à taxa percentual da Remuneração que as Debêntures fizeram jus no período de 30 dias imediatamente anterior à convocação da referida assembléia, calculado *pro rata temporis* até a data de pagamento do valor do resgate."

3.1.14. O item 4.10 da Cláusula Quarta da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

"4.10. Amortização Programada:

As Debêntures não terão amortização programada."

3.1.15. O item 4.12.1. da Cláusula Quarta da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

"4.12. Resgate Antecipado Facultativo à EMISSORA

4.12.1. A EMISSORA reserva-se o direito de, a qualquer tempo, a partir do 6º (sexto) mês contado da Data de Emissão ("Data de Início de Resgate"), promover o resgate antecipado de todas ou parte do total das Debêntures da Emissão em circulação, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, aplicável até a data do resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da respectiva Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, acrescido de prêmio de reembolso, conforme estabelecido no item "a" abaixo.



PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES DA BRASIL TELECOM S.A.



- a) Prêmio de Reembolso aplicável às Debêntures desta Emissão: 0,50% (meio por cento) sobre o valor do resgate, proporcional ao prazo em dias corridos restante entre a data do efetivo resgate e a data de vencimento das Debêntures, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = d/D * 0,5\%$$

Onde:

P = Prêmio a ser pago em valor percentual sobre o valor do resgate

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data do efetivo resgate e a Data de Vencimento das Debêntures

D = quantidade de dias corridos entre a data de 01/11/2002 (correspondente ao período de 6 meses após a Data de Emissão) e a Data de Vencimento das Debêntures.

3.1.16. O item 4.13. da Cláusula Quarta da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

“4.13. Aquisição Facultativa pela EMISSORA

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em circulação por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração aplicável até a data da aquisição, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento de juros, observado o disposto no parágrafo 2º, do art. 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto deste procedimento poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da EMISSORA, ou ser novamente colocadas no mercado.”

3.1.17. O item 4.14 e o 4.14.1. da Cláusula Quarta da Escritura passam a vigorar com a seguinte redação:

“4.14. Aquisição Obrigatória pela EMISSORA

4.14.1. A EMISSORA obriga-se a adquirir a totalidade das Debêntures da Emissão em circulação, dos Debenturistas que, individualmente, manifestarem interesse em vender todas ou parte das Debêntures desta Emissão de que sejam titulares, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, aplicável até a data da aquisição, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou data do último pagamento de juros, observado o disposto no parágrafo 2º do art. 55 da Lei nº 6.404/76, em até 60 dias, contados da data do recebimento da comunicação por escrito do Debenturista, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) alienação ou perda, a qualquer título, do controle acionário, direto ou indireto, da EMISSORA pela GARANTIDORA; e
- b) alienação ou perda, a qualquer título, do controle acionário direto da GARANTIDORA, por sua atual controladora direta, a Solpart Participações S.A., bem como da maioria do capital votante da Solpart Participações S.A.”

3.1.18. Fica acrescentado o item 4.14.2 à Cláusula Quarta da Escritura:

**PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES DA BRASIL TELECOM S.A.**



“4.14.2. No caso de ocorrência do previsto no item 4.14.1 “b”, a GARANTIDORA deve comunicar ao AGENTE FIDUCIÁRIO, imediatamente após receber comunicação por escrito, acerca da ocorrência da hipótese prevista no citado item 4.14.1 “b”.”

3.1.19. O item 4.16. da Cláusula Quarta da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

“4.16. Prorrogação de Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures desta Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário em Brasília, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.”

3.1.20. Fica acrescentado o item 4.23 à Cláusula Quarta da Escritura:

“4.23. Reembolso de Ágio

Uma parcela do ágio pago pelos Debenturistas será reembolsada a estes pela EMISSORA, *pro rata temporis*, nas hipóteses de ocorrência de (i) resgate antecipado facultativo à EMISSORA; (ii) vencimento antecipado; e (iii) aquisição obrigatória pela EMISSORA, que constam, respectivamente, dos itens 4.12, 4.20 e 4.14 da Escritura, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \text{ágio} * d / D$$

Onde:

R = Valor a ser reembolsado por debênture

ágio = valor do ágio pago por debênture

d = dias a decorrer entre a data do pagamento motivado por (i) vencimento antecipado, (ii) resgate antecipado ou (iii) aquisição obrigatória, e a Data de Vencimento das Debêntures

D = dias corridos entre a data de integralização e a Data de Vencimento das Debêntures”

3.1.21. O item 6.2. da Cláusula Sexta da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

“6.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

- a) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- b) aceitar integralmente esta Escritura, todas suas cláusulas e condições;
- c) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo terceiro do artigo 66 da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida;

**PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES DA BRASIL TELECOM S.A.**



- d) não ter qualquer ligação com a EMISSORA que o impeça de exercer, plenamente, suas funções; e
- e) ter verificado a constituição, suficiência e exequibilidade da garantia fidejussória prestada pela GARANTIDORA.”

3.1.22. Fica acrescentado o item 6.7.6 à Cláusula Sexta da Escritura, com a seguinte redação:

“6.7.6. Na hipótese de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO, seu substituto receberá a mesma remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO descrita na Cláusula Sexta da Escritura, em todos os seus termos e condições, a partir da data de início do exercício de suas funções como AGENTE FIDUCIÁRIO. A remuneração constante da Cláusula 6.4. da Escritura poderá ser alterada de comum acordo pela EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas. Em caso de substituição, o AGENTE FIDUCIÁRIO substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos debenturistas, na forma do item 4.17 desta Escritura.”

3.1.23. Conforme esclarecimento constante da ata da RCA da EMISSORA, a presente Emissão constitui a segunda emissão de debêntures da EMISSORA, sendo a sua 1ª emissão pública de debêntures. Assim, ficam retificadas todas as menções a “Primeira Emissão” constantes da Escritura, de forma que (i) no título; (ii) no preâmbulo; e (iii) no título da Cláusula Terceira, ou, ainda, em qualquer outra parte da Escritura, onde se lê “Primeira Emissão” ou “1ª Emissão Pública”, leia-se “2ª emissão de debêntures da EMISSORA, sendo a 1ª emissão pública”.

3.1.24. Tendo em vista que a RCA deliberou que a Emissão restringe-se apenas à 1ª série anteriormente autorizada pela AGE, passando a Emissão a ser, por consequência, em uma única série, ficam sem efeito todas e quaisquer cláusulas constantes da Escritura que tratem de características da 2ª série anteriormente autorizada na AGE. Da mesma forma, ficam sem efeito quaisquer menções na Escritura ao termo “duas séries”.

Cláusula Quarta – DAS RATIFICAÇÕES

4.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura não expressamente alteradas ou tornadas sem efeito pelo presente Aditamento.

Cláusula Quinta – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. O presente Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

5.2. Os termos utilizados neste Aditamento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foram atribuídos na Escritura.

10

PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES DA BRASIL TELECOM S.A.

Cláusula Sexta - DO FORO

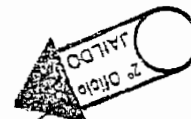
6.1. Fica eleito o foro da Comarca de Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas deste Aditamento.

E, por estar assim justas e contratadas, firmam este Aditamento a EMISSORA, a GARANTIDORA e, na qualidade de interveniente, o AGENTE FIDUCIÁRIO, em 05 (cinco) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Brasília, 16 de abril de 2002.

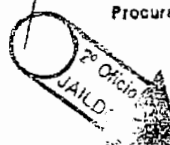


Paulo Roberto F. Moura de Sá
BRASIL TELECOM S.A.

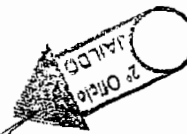


Marco Aurélio Machado Ferreira
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
MARCO AURÉLIO MACHADO FERREIRA
Procurador

Maurício da Costa Ribeiro
MAURÍCIO DA COSTA RIBEIRO
DIRETOR



Paulo Roberto F. Moura de Sá
BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

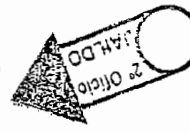


Testemunha:



1. *Paulo Roberto F. Moura de Sá*
Nome: Paulo F. Moura de Sá
CPF: 462429021-68
RG: 4084426 SSP-DF

Testemunha:



2. *Vicente Lisboa Capela*
Nome: Vicente Lisboa Capela
CPF: 004814189-54
RG: 3249374-1

Cartório do 219 Ofício de Notas. Travessa do Ouvidor, 21 B
Centro - Rio de Janeiro. Tabelião: Ney Ribeiro. Reconheço
semelhança as firmas de: MARCO AURÉLIO MACHADO FERREIRA e MAURÍCIO
DA COSTA RIBEIRO
No: 29281
Rio de Janeiro, 16 de Abril de 2002. Conf. por:
Em testemunho da verdade. Serventia : 4.66
79% P. Judiciário: 0.94
Rodrigo Santiago Substituto Total : 5.62



4.º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
DO DISTRITO FEDERAL
Livro Protocolo n.º 1-L Folhas n.º 046
Protocolado o presente título, sob o n.º 59086.
Dou fé. Guará-DF, 18 de 04 de 02
Justiças
Francisca S. Aristides
Oficiala Substituta

4.º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
DO DISTRITO FEDERAL
Certifico que a (o) RE-RATIFICAÇÃO do
presente Instrumento foi arquivado(a) no Livro 3 - Registro
Auxiliar, sob o n.º 01 no Registro n.º 2925
Dou fé. Guará-DF, 23 de 04 de 2002
Justiças
Francisca S. Aristides
Oficiala Substituta

26. OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO
SRV/SUL RD. 761 BL. 01 L3 24 TERREO
ED. ASSIS CHATEAUBRIAND - BRASÍLIA/DF
CNPJ/NE 00.616.421/0001-89

CONHEÇO por AUTENTICIDADE a(s) firma(s)
de:
H-801H-CARLA LICO.
H-80135-CARLOS GERALDO CAMPOS MAGALHAES
H-801H-PAULO PEDRAS RIO BRANCO.....
H-80143-VICENTE LISBOA CAPELLA.....
H-80133-PAULO FERNANDO MOURA DE SA.....

Fe testamurto. de 18 de Abril de 2002.
BRASÍLIA, 18 de Abril de 2002

MAIO RIBEIRO TEIXEIRA - TABELIAO
MARCIA L. DE SOUZA - ESC. NOT. AUT.
TÁ OLIVEIRA DE SOUZA - ESC. NOT. AUT.
ILNERMANDO A. DE SILVA - ESC. NOT. AUT.